



**RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LILIA MARIA COSTA PASSOS

**ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA E  
RESISTÊNCIA**

Fortaleza - CE  
2018

LILIA MARIA COSTA PASSOS

ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA E  
RESISTÊNCIA

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Virzângela Paula Sandy Mendes.

Fortaleza - CE  
2018

LILIA MARIA COSTA PASSOS

ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA E  
RESISTÊNCIA

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Virzângela Paula Sandy Mendes (Orientadora)  
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro  
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

---

Prof<sup>ª</sup>. Ms. Luciana Gomes Marinho  
RATIO - Faculdade Teológica e Filosófica

Dedico este trabalho,  
A Deus, minha mãe, meus irmãos e  
sobrinhos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder sabedoria, fé e perseverança, pois mesmo diante das dificuldades não me deixou fraquejar, me permitindo concluir esse trabalho. Gratidão por tudo, Senhor!

A minha mãe que é meu alicerce (Maria Nilza) e minha querida irmã (Ana Maria), pois sem elas não teria alcançado esse objetivo. Serei eternamente grata por toda a ajuda financeira, compreensão e confiança em acreditarem no meu potencial acadêmico. Obrigada por tudo!

Gratidão eterna as estagiárias do NUPPS (Ana Cristina Nascimento, Maria Rizolene e Lucillair Xavier), 2017 foi o nosso ano “as sacoleiras”, o meu muito obrigada pelo carinho, dedicação e paciência, a Luciana Marinho e Lauriene Rodrigues, que nos proporcionaram essa vivência durante o estágio em um assentamento.

A minha orientadora Virzângela Paula Sandy Mendes pela paciência e dedicação, em compartilhar seus conhecimentos e experiências, foi um prazer ter sido sua orientanda. Admiro-te, e muitíssimo obrigada!

Aos professores participantes da banca examinadora, pelas valorosas contribuições e sugestões. E a todos os professores da Faculdade Ratio, que compartilharam seus conhecimentos que serviram de base para a minha formação. Obrigada, mestres!

Ao assentamento Todos os Santos que colaborou com minha pesquisa de campo, e ao militante do Movimento Sem Terra (MST) Victor Teixeira do Monte, que articulou minha pesquisa. Muito obrigada!

As guerreiras da turma 324 foi um imerso prazer passar esses quatro anos compartilhando momentos alegres, tensos, troca de conhecimentos, entre outros. E meu carinho em especial a Lucilair Xavier pela amizade e companheirismo e, as poderosas Bruna Bezerra, Ivone Lima, Maria Rizolene, Magna e Rayane Lima admiro muito todos e grata em tê-las conhecido!

*“Se temos de esperar, que seja para colher a semente boa que lançamos hoje no solo da vida. Se for para semear, então que seja para produzir milhões de sorrisos, de solidariedade e amizade”.*

*“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”*

*“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes.”*

*Cora Coralina*

## RESUMO

A questão agrária no Brasil ainda é um problema que não tem recebido a devida atenção por parte do Estado, sendo que, o direito a terra para aqueles que produzem é uma das principais bandeiras de luta do Movimento Sem Terra. Diante desse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral compreender quais os desafios enfrentados pelo MST no processo de organicidade do assentamento Todos os Santos. E os objetivos específicos: identificar como foi o processo de luta e mobilidade pela conquista da terra; entender como se deu a organicidade do assentamento Todos os Santos; e analisar os significados de mobilização e resistência para as lideranças do assentamento. Para tanto, desenvolvemos uma metodologia de abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, realizada no assentamento Todos os Santos, por meio de entrevista com cinco líderes de Todos os Santos. Através dos relatos dos participantes da pesquisa pudemos perceber que a conquista da terra se deu por meio de muitas lutas, trabalhando na coletividade em prol de todos, tendo sua organicidade mediante assembleias e reuniões na associação dos assentados.

**Palavras- chave:** Questão Agrária. Movimentos Sociais. MST.

## **ABSTRACT**

The agrarian question in Brazil is still a problem that has not received the due attention of the State, and the, right to land for those who produce is one of the main struggle flags of the Landless Movement. Given this context, the present research had as general objective to understand what the challenges faced by the MST in the process of organicity of the All Saints settlement. And the specific objectives: to identify how was the process of struggle and mobility for the conquest of land; understand how the organicity of the All Saints settlement took place; and analyze the meanings of mobilization and resistance for the leadership of the settlement. To do so, we developed a methodology of qualitative approach through bibliographical research and field research, carried out in the Todos os Santos settlement, through an interview with five All Saints leaders. Through the reports of the participants of the research we could perceive that the conquest of the land occurred through many struggles, working in the collective for the benefit of all, having their organicity through assemblies and meetings in the settlers' association.

**Keywords:** Agrarian Question. Social movements. MST.

## LISTA DE QUADRO

QUADRO I - Perfil Bibliográfico .....	26
---------------------------------------	----

## LISTA DE IMAGENS

IMAGEM I - Projeto de Intervenção .....	24
IMAGEM II - Devolutiva da Intervenção .....	24
IMAGEM III - Mapa da distribuição de terras no Brasil .....	31
IMAGEM IV - Narradores da Terra e do Fogo .....	40
IMAGEM V - Casa de Cultura do assentamento .....	42
IMAGEM VI - Espaço do teatro não convencional .....	42
IMAGEM VII - Escola do assentamento .....	43
IMAGEM VIII - Casa de Cultura .....	45
IMAGEM XI - Noite Cultural .....	45
IMAGEM X - Espaço da Casa Sede .....	46
IMAGEM XI - Gráfico de distribuição de produtos cultivados .....	49

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias

CEB's - Comunidade Eclesiais de Base

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis

MST - Movimento Sem Terra

NUPSS - Núcleo de Pesquisa e Extensão de Serviço Social

ONG - Organização Não Governamental

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UNILAB - Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-brasileira

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>21</b>
2.1 Aproximação com o objeto .....	21
2.2 A imersão em campo e os sujeitos pesquisados .....	23
<b>3 QUESTÃO AGRÁRIA: RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO NA LUTA PELA TERRA .....</b>	<b>27</b>
3.1 Os dilemas sobre a Questão Agrária no Brasil .....	27
3.2 O MST e a luta pela terra .....	33
<b>4 O ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA .....</b>	<b>38</b>
4.1 “Só vence quem tem fé”: O processo de luta e conquista do território .....	38
4.2 “Nosso país vive naufragado porque a sociedade não busca o conhecimento”: A organicidade do assentamento .....	46
4.3 “Não deixar a cultura morrer”: Desafios do assentamento .....	49
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta monografia traz resultados de pesquisas de campo realizadas com as lideranças do Assentamento Todos os Santos, localizado no município de Canindé, a 150 km de Fortaleza. Tendo como um dos principais desafios, a contribuição para que a sociedade tenha uma visão mais realista em relação ao Movimento Sem Terra (MST), ultrapassando a imagem que as mídias costumam passar para a sociedade de que os militantes se apropriam das terras alheias, isto é, roubam para si e para seus familiares.

De acordo com o artigo de Barreira e Alencar (2007), a propriedade que originou o assentamento pertenceu a Companhia Cearense de Cimento Portland, sendo desapropriada em 1995, beneficiando na época 83 famílias e agregados. O terreno, para torna-se assentamento passou por duas ocupações. Na primeira, os trabalhadores foram despejados por ordem da justiça, motivando uma nova ocupação com duração de quatro meses. Com isso, os ocupantes conseguiram a desapropriação da fazenda. As duas ocupações foram coordenadas pelo MST, que continua presente no assentamento organizando alguns trabalhos externos.

De acordo com o site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>1</sup>, atualmente, existem 9.394 assentamentos em todo o país, ocupando uma área de 88.276.525,7811 hectares. No qual no Ceará existem 452 assentamentos, distribuídos entre 21.998 famílias de trabalhadores rurais. Sendo que desses 452 assentamentos do Ceará, 88 ficam em Canindé.

O Movimento Sem Terra (MST) é fruto da questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. De acordo com Caldart (2002, p. 101):

O MST nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região centro sul do Brasil, e que aos poucos foram se territorializando (Fernandes, 1996), pelo país inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Estado do Paraná.

As primeiras ocupações de terra ocorrem sob influência da Igreja Católica,

---

<sup>1</sup> INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 09 de julho de 1970. Para mais informações acesse [www.incra.gov.br/assentamento](http://www.incra.gov.br/assentamento) 05/10/2018.

que resistia à ditadura militar<sup>2</sup>. De acordo com a autora Alves (1989), a ditadura militar ocorreu de 1964 a 1985. Foi esse contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, ou seja, desde os primórdios que se luta pela conquista da terra. Segundo a autora Carvalho (2009, p. 60),

[...] O discurso popular da igreja direcionado aos camponeses não começou repentinamente. Já em 1963, a Conferência Episcopal reformulou e ampliou o conceito de “bem comum”. Em nome desses princípios, passou-se a aceitar a reforma agrária como base na indenização em títulos do governo aos proprietários desapropriados.

Em 1985, o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba, no Paraná, cuja palavra de ordem era: “Ocupação é a única solução”. Com o intuito de pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linhas políticas definidas. Neste mesmo ano, o governo de José Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra (que é a forma, como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil). O Estatuto da Terra foi criado através da Lei N° 4.504, de 30 de novembro de 1964. No qual cito alguns artigos, sendo eles:

Art. 1° Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1° Considera-se Reforma Agrária: o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2° Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Como podemos perceber, essas legislações regulam os direitos aos bens de imóveis de reforma agrária, por meio dos incisos um e dois desse artigo, que promovendo melhores distribuições, bem como, o que se destina ao interesse da economia rural, com atividades agropecuárias para a industrialização do país. De acordo com o 2° art. do Estatuto da Terra (1964):

---

<sup>2</sup> Ditadura militar – Para a autora Maria Helena Alves em seu livro Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), diz que foi um regime de caráter autoritário e nacionalista, liderado por militares. Foi instaurado em 01 de abril de 1964 e que durou até março de 1985.

Artigo 2º - É assegurado a todos a oportunidade de acesso de terra, condicionada pela sua função social; zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem estar coletivo. Complementado pelos incisos:

§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que forem o caso, as normas dos contratos de trabalho.

§ 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.

Segundo o artigo é assegurado que os agricultores zelem para a propriedade desenvolver a função social, tendo a permanência na terra, os agricultores que cultivem de acordo com a Lei. Assim como, é assegurada a população indígena o direito a posse de terras que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitos.

Conforme elucidado acima, na lei Estatuto da Terra, é pertinente mencionar a legislação dos quilombos, que conforme a Constituição Federal de 1988 a inserção do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Conforme a Constituição Federal, a inserção desse artigo reconhece os quilombolas que estejam ocupando suas terras.

A partir de 1990, os movimentos sociais<sup>3</sup> deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. Não só focalizado em saúde, moradia e educação, mas em projetos pontuais como crianças, jovens, mulheres etc.. De acordo com Gohn (2012, p. 34), “[...] os movimentos sociais são abordados numa dupla perspectiva como expressão de racionalização comunicacional já que têm a capacidade de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social [...]”.

O MST é resultado de uma construção histórica e de grande mobilidade, ou seja, um movimento que prega a luta, a resistência e a mobilização. Isto é, no

---

<sup>3</sup> Movimentos Sociais – Para Safira Ammann (1991, p. 22), é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.

coletivo, fortalecendo outros movimentos sociais como os LGBT, FEMINISTA entre outros. Ainda segundo Gohn (2013, p. 40), “os movimentos sociais constituem-se como um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil, porque eles foram e ainda são as bases de muitas ações coletivas [...]”.

O MST busca por reforma agrária conforme consta nos incisos II, III, IV e V do Art. 184 da Constituição Federal (Brasil, 1988), que:

§ 2º Declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Desse modo, consta nos incisos, que os imóveis de interesse social para fins de reforma agrária, quando autorizado pela união, a desapropriação ficará isenta de imposto federal, estadual e municipal.

A partir de amplas pesquisas realizadas no site do MST<sup>4</sup>, como também em outras redes sociais de comunicação, podemos observar que há pesquisas e artigos voltados à criminalização do mesmo. Em sua última publicação de maio de 2017, o manifesto traz o seguinte:

Responsabiliza o governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB), aliado à imprensa golpista e ao Congresso Nacional, pelos assassinatos de indígenas, trabalhadores rurais e quilombolas. Somente em 2016, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 61 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo, além das várias famílias que vivem ameaçadas de despejo.

Assim, nesse manifesto é relatada a violência contra os camponeses, indígenas, quilombolas e os trabalhadores em geral, tendo o Poder Judiciário e o Ministério Público como responsáveis nas ações partidárias em um viés elitista e preconceituoso contra a população pobre do campo.

Conforme o contexto apresentado e como um movimento politizado, tivemos

---

<sup>4</sup> MST – Movimento Sem Terra foi criado em janeiro de 1984. Para mais informações acesse: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acessado em: 05/10/2018.

como principal questionamento: quais as dificuldades enfrentadas pelo MST no processo de resistência e a conquista do território.

É necessário entender as peculiaridades enfrentadas por cada militante, na ausência de políticas e projetos que venha a garantir uma moradia digna.

Por isso, a ocupação não pode parar, pois “Ocupar não é crime”, e sim, democracia a Reforma Agrária, que trataremos mais adiante no 3º capítulo. Pois é a partir da ocupação, que as famílias se apropriam e inventam novas formas de viver e resistir. Essas são famílias heterogêneas produzindo conhecimentos no espaço de convivência entre todos. Diante disto, acreditamos que o resultado dessa pesquisa seja viável para dar “visibilidade” ao MST e, com outro olhar. Enfim, desmistificar e despertar interesses futuros para contribuir e dar continuidade a essa pesquisa científica.

A partir desse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo geral, compreender quais os desafios enfrentados pelo MST no processo organicidade do Assentamento Todos os Santos. E para conseguir responder ao objetivo geral da pesquisa, alguns objetivos específicos foram necessários, como: identificar como foi o processo de luta e mobilidade pela conquista da terra; entender como se deu a organicidade do Assentamento Todos os Santos; analisar os significados de mobilização e resistência para as lideranças do assentamento.

Para que esses objetivos fossem alcançados foi necessário utilizar uma metodologia adequada, que nos possibilitasse uma aproximação maior com o objeto estudado. Nesse sentido a natureza dessa pesquisa é qualitativa, que segundo Michel (2009, p. 37):

Considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo. Por isso, carece de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo dos fatos. O ambiente da vida real é a fonte direta para a obtenção dos dados, e a capacidade do pesquisador de interpretar essa realidade, com isenção e lógica, baseando-se em teoria existente, é fundamental para dar significado às respostas.

Desse modo, o interesse neste estudo é o de compreender, quais as percepções desses sujeitos, bem como, observar as dificuldades enfrentadas pelo MST no processo de resistência e de luta pela terra.

Para o desenvolvimento desse estudo, também foi feita uma pesquisa bibliográfica, considerando a necessidade de aprofundamento dos autores que

estudam o tema. A seguinte pesquisa, segundo Lakatos (2010, p. 57):

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicações orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.

Para o desenvolvimento deste estudo, como o nosso pensamento empírico, fizemos pesquisas individuais, ou seja, para discutir sobre o MST e Movimentos Sociais utilizamos os autores: Duriguetto e Montaño, o próprio site do MST, Gohn, Carvalho, Caldart, Bourdieu, Silva, dentre outros. E para discutir sobre Questão Agrária utilizamos os autores: Gerd Sparovk Caio Prado Jr, Cristina Simões Bezerra, site do INCRA, dentre outros.

Nesse sentido foi realizada uma pesquisa de campo, que é considerada essencial para alcançar os objetivos propostos da pesquisa. De acordo com Ruiz (2010, p. 50), a pesquisa de campo:

[...] consiste na observação dos fatos tal como ocorre espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises. Esta espécie de pesquisa não permite o isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas permite o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições – variáveis independentes – e determinados eventos – variáveis dependentes –, observadas e comprovadas.

O estudo foi realizado no Assentamento Todos os Santos, em Canindé – Ceará, onde atualmente, residem 110 famílias, distribuídas em 3.363 hectares de terra. Conforme relatos das lideranças, o assentamento foi criado com a missão de emancipação, ou seja, liberdade, autonomia, saúde, moradia digna etc., com visão de igualdade e transformação para todos dos assentados, com o objetivo de elaborar em conjunto, isto é, melhorias de vida e trabalho dos sem terra, nas lutas e conquistas. Uma das principais conquistas desse assentamento foram, a energia elétrica, cisternas (para abastecer as famílias no período de seca), internet, o seguro safra e o grupo de teatro carrapicho.

Neste assentamento, eles têm a matriarca como referência para todos, pois com sua articulação e politização, essa conseguiu mobilizar na prefeitura e no INCRA projetos em prol da melhoria de todos e, inclusive, uma escola infantil dentro

do assentamento e capacitação para os integrantes do grupo de teatro.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram as lideranças do Assentamento Todos os Santos, considerando que existem 110 famílias assentadas, foi feito um recorte, através de uma amostra compreendendo um total de 10(dez) a 12(doze) famílias, no qual alguns desses moradores são agregados e assentados, ou seja, vieram para passar certo período por não possuírem casa própria e no decorrer dos dias se identificaram e hoje são moradores do assentamento. O meio de sobrevivência dessas famílias é a agricultura, em alguns casos chegam a receber o bolsa safra, aposentadoria e também, a venda do artesanato que é produzido pelos mesmos.

São famílias assentadas com membros de aproximadamente 40 a 60 anos de idade, onde a maioria desses não possui escolaridade. Já os jovens, compreendem a faixa etária entre 15 a 26 anos, dos quais ainda permanecem no assentamento e cerca de 10% desses jovens concluíram, ou, estão em andamento no nível médio e superior pelo PRONERA<sup>5</sup>, que é um projeto do MST em parceria com o INCRA e prefeitura do município.

São Programas desenvolvidos pela União, em regime de colaboração com estados e municípios, de acordo com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação do MEC, através do Decreto nº 7.352 de novembro de 2010.

A técnica utilizada foi a entrevista, através do instrumento de roteiro de perguntas abertas, que se constitui numa entrevista estruturada, ou seja, a pesquisa de campo foi uma entrevista estruturada, porém, considerando que alguns entrevistados possuem baixa escolaridade. O foco dessa entrevista, ou seja, teve como intuito compreender a história de vida e os sonhos do público pesquisado. De acordo com Gil (2009, p. 113), a entrevista estruturada:

[...] desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem invariáveis para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

---

<sup>5</sup> PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária propõe e apoia projetos de educação voltados para desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

A princípio, o primeiro contato foi feito em campo, de acordo com os relatos das lideranças, em que foram realizadas entrevistas com 40 (quarenta) famílias do assentamento Todos os Santos sob a supervisão da assistente social do campo de estágio. Período em que a pesquisadora realizou o estágio supervisionado e, conforme dito anteriormente, detalharemos mais sobre o mesmo no próximo capítulo.

Desse modo, outra técnica utilizada em nosso trabalho foi a observação, que para Lakatos (2010, p. 76):

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

O fruto das observações está devidamente relatado no diário de campo, que foi muito importante para a realização desse trabalho. Segundo Minayo (2010, p. 71):

O principal instrumento de observação é o chamado diário de campo, que nada mais é que um caderninho, uma caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades. Respondendo a uma pergunta frequente, as informações escritas no diário de campo devem ser utilizadas pelo pesquisador quando vai fazer análise qualitativa.

Esta pesquisa atendeu aos requisitos da Resolução CNS n° 466/2012, que estabelece em suas diretrizes e normas regulamentadoras estabelecidas na resolução, e devem ser cumpridas no projeto de pesquisa envolvendo seres humanos, atendendo aos fundamentos éticos e científicos. Com isso, foi lido para o entrevistado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, no qual foi informado sobre o teor da pesquisa de base investigativa, sendo resguardado o sigilo.

A monografia está dividida, além da introdução e das considerações finais, em três capítulos. O primeiro apresenta o percurso metodológico, com a aproximação em campo, a construção do objeto de estudo no campo e o perfil do sujeito da entrevista.

No segundo capítulo, abordamos a situação problema do trabalho, ou seja, os porquês desta pesquisa ser realizada, detalhando sobre a questão agrária no Brasil, assim como, sobre os Movimentos Sociais, MST e a resistência e mobilização.

No terceiro capítulo, explanamos sobre o Assentamento Todos os Santos e a luta pela terra, assim como, trazemos um breve relato sobre a importância da sustentabilidade e meio ambiente.

## 2 PERCUSO METODOLOGICO

### 2.1 A aproximação com o objeto

Quando iniciei<sup>6</sup> o curso de Serviço Social, especificamente, a cadeira de Pesquisa II, minha temática de estudo era diferente, ou seja, naquela época minha ideia de estudo era voltada para contribuir com a comunidade São Miguel na Grande Messejana, com o tema “a higienização das famílias carentes daquele bairro”, onde meu foco de estudo foram 12 famílias em que eu fazia visitas trimestralmente, pois na época, trabalho em uma Organização Não Governamental (ONG), que acompanhava os mesmos.

Meu objeto de estudo mudou, quando passei a fazer meu estágio<sup>7</sup> no Núcleo de Pesquisa e Extensão de Serviço Social (NUPSS) em fevereiro de 2017, na própria Faculdade Ratio. No qual tive a oportunidade de adentrar e conhecer a realidade de um assentamento. Éramos seis estagiárias e duas professoras supervisoras.

O interesse pela pesquisa nessa área surgiu das inquietações, ou seja, da troca de experiências e planejamentos da disciplina de movimentos sociais, em que ir além da sala de aula, para conhecer de perto a realidade de um assentamento, tornou-se uma experiência viva. As pesquisas eram voltadas para cinco eixos<sup>8</sup> no Assentamento Todos os Santos,

- Resistência e Mobilização Social;
- Agricultura Familiar e Alimentação Saudável;
- Cidadania Rural e Políticas Públicas;
- Juventude Rural;
- Sucessão Hereditária e Educação no Campo: Todos os eixos tiveram como objetivo geral analisar o MST – CE com vistas a novos movimentos do viver teórico metodológico para o ensino superior em Serviço Social.

De acordo com o projeto pedagógico das supervisoras, o objetivo da pesquisa era:

---

<sup>6</sup> Peço licença ao leitor para usar o verbo na 1ª pessoa, por se tratar de minha aproximação com o objeto e a inserção no campo da pesquisa.

<sup>7</sup> Estágio Supervisionado em Serviço Social, na época as supervisoras de campo eram as professoras: Luciana Gomes Marinho e Lauriene Rodrigues Marreiro Mendonça.

<sup>8</sup> Eixos: resistência e mobilização; agricultura familiar e alimentação saudável; cidadania rural e políticas públicas; juventude rural; e sucessão hereditária e educação no campo, serviram de base para as pesquisas no assentamento Todos os Santos.

1. Fortalecer o intercâmbio entre professores, e pesquisadores e as famílias assentadas das áreas de reforma agrária no Estado do Ceará (Brigada de Canindé);
2. Estimular reflexões para o fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na formação Serviço social;
3. Fortalecer a competência ético-político, técnico-operativa e teórico metodológica de educandos e educadores;
4. Fortalecer junto às famílias assentadas a organização social e uma proximidade com as políticas pública em se tratando da área de Serviço Social;
5. Incentivo a formação de pesquisadores e a produção científica;
6. Experimentar e avaliar novas estratégias de ensino, com vistas a provocar o aprendizado crítico dos educando.

E a cada visita mensal, resultaram em encontros de discussões entre as estagiárias, supervisoras e a direção do MST, sobre cada eixo e, sem deixar de debater sobre sustentabilidade e meio ambiente. Antes de iniciar o estágio, realizei uma visita na feira da reforma agrária no Instituto Frei Humberto, onde as famílias assentadas expõem e vendem o que produzem sem agrotóxico para o seu sustento. Essa troca de experiência ocorreu em novembro de 2016 com o MST, mas apenas em março de 2017 foi que ocorreu o primeiro contato em um assentamento, em que pude eliminar as expectativas e conhecer de perto como acontece à organicidade de um assentamento:

Diante disto, ao me deparar com um extenso terreno, ou seja, com casas bem estruturadas, plantações, riacho e uma lagoa, aquela visão rústica de lonas pretas, sol escaldante e muitas enxadas não existe. Enfim, desconstruí essa imagem e vi como é fascinante esse campo de pesquisa, principalmente, quando ao adentrar no assentamento e conversar com as lideranças e vê a simplicidade e o amor em permanecerem naquela terra e lutar em prol de todos não tem preço.

Como já mencionado, esse interesse me despertou no período que iniciei a cadeira de Pesquisa II, quando a professora me perguntou qual seria meu tema nas primeiras aulas, dando continuidade no TCC I. Enfim, a escolha do eixo resistência e mobilização social nasceram da primeira viagem que fiz ao assentamento em março de 2017. E ao ouvir os relatos das lutas, conquistas e das falas, que mesmo com todos os desafios que encontram diariamente, não se deixam abater e que não trocaria sua moradia pela cidade, decidi abordar e desenvolver esse tema.

Durante a disciplina de Pesquisa II e TCC I, me direcionei a falar dessa temática do eixo de resistência e mobilização social, que nessa época, eu estava mais propensa a utilizar os dados já coletados em campo durante a vigência do estágio. Contudo, já na disciplina de TCC II e com a orientação, decidi focar nas

lideranças locais do MST, ficando assim, definido como objeto principal deste trabalho, compreender quais os desafios enfrentados pelo MST no processo de organicidade do assentamento Todos os Santos.

A seguir, apresento como foi a minha imersão em campo, bem como, os sujeitos pesquisados.

## **2.2 A imersão em campo e os sujeitos pesquisados**

Conforme dito anteriormente, a minha imersão em campo se deu em dois momentos distintos e articulados, uma como estagiária e outra como pesquisadora. Durante o estágio, foram realizadas entrevistas, roda de conversas, aplicação do projeto de intervenção, tanto com as lideranças do assentamento, como com organizadores do MST e famílias agregadas assentadas.

No primeiro momento, que foi do dia 01 de fevereiro a 16 de dezembro de 2017, adentrei como estagiária, com objetivos e metas para exercer um trabalho científico e articulado com as famílias assentadas e o MST. Competia-me a realização, ou seja, a aplicação de questionários, presenças em eventos de reforma agrária em outras instituições, tanto em busca de novos conhecimentos como troca de experiências no meio científico.

Voltando aos questionários como falo acima, foram distribuídos entre as seis estagiárias, em que cada uma ficou responsável por um eixo. Fiquei responsável pelo eixo “Resistência e Mobilização”, com o propósito de fortalecer vínculos com as famílias assentadas, bem como, identificar os porquês de tanta rejeição com os movimentos sociais e a ausência de políticas públicas no assentamento.

Uma das experiências mais interessante que vivenciei no assentamento durante meu estágio foi à elaboração e implementação do projeto de intervenção, com o tema: “**Educação Ambiental no Assentamento Todos os Santos: um processo em construção**”, no qual tive como objetivo, focar na sustentabilidade, assim como, fortalecer com as famílias a importância da educação ambiental, no dia 03 de dezembro de 2017, com nove membros assentados, em parceria com Maria Rizolene Josué que era uma das estagiárias do NUPSS, com a colaboração da Dra. Maria Lourdes dos Santos. A seguir observamos nas imagens o momento da execução do projeto no assentamento.

### IMAGEM I - Projeto de Intervenção



Fonte: Imagem da pesquisadora

Através da imagem I, retrato o diagnóstico coletado durante o estágio por meio deste banner, assim como, as percepções dos sujeitos participantes e os dados da intervenção no assentamento. A seguir a imagem da devolutiva de um dos sujeitos da intervenção e da supervisora de campo.

### IMAGEM II - Devolutiva da Intervenção



Fonte: imagem da pesquisadora

A imagem II expressa às falas, tanto da supervisora de campo no ato, ou seja, após a aplicação da intervenção, como a importância do projeto educação ambiental na fala da assentada que participou da intervenção.

O segundo momento se deu a partir da delimitação do objeto, que foi a realização da pesquisa de campo propriamente dita, ou seja, quando tive acesso aos interlocutores, bem como, a realização de novas entrevistas com líderes do assentamento em 10 de outubro de 2018, acompanhada de uma liderança que articulou com os demais.

Inicialmente, conforme as perguntas do questionário, que procuraram refletir como as lideranças veem a resistência e mobilização no assentamento, as respostas variaram bastante, alguns não se delongaram nas suas falas. Para se chegar ao objetivo desta pesquisa foram entrevistados cinco líderes do assentamento Todos os Santos.

Iniciei as falas me apresentando, assim como, fiz uma breve adução da instituição pela qual me fez adentrar nesta pesquisa, agradecendo a compreensão e a disponibilidade na contribuição deste projeto.

Para resguardar a identificação real dos entrevistados, fiz uso de pseudônimos, ou seja, usei nomes fictícios em comum acordo com os entrevistados. Para tanto, identifiquei os entrevistados por nomes bíblicos, por serem pessoas de luz e que pregam a palavra de Deus em suas vidas diariamente.

A primeira entrevistada foi Ester, que tem 47 anos, dona de casa, casada, mãe de um filho que é engajado nos projetos do assentamento há dois anos.

Nosso segundo interlocutor foi Isaías, 62 anos, aposentado, casado, pai de dois filhos, tendo um dos filhos bem ativo no projeto do assentamento, desde que foi morar lá.

Joaquim é o terceiro entrevistado, tem 21 anos, é solteiro, mora só, é um dos jovens mais engajados nos projetos e está há mais de três anos do assentamento.

Rute de 48 anos é casada, voluntária da associação, mãe de três filhos, sendo que, apenas dois ainda moram na casa da mesma. Todos os filhos são engajados nos projetos do assentamento, sendo um deles participante do grupo de teatro Carrapicho.

E a última entrevistada é Judite, que tem 29 anos, é solteira, mora com os pais e um irmão, onde ambos fazem parte há mais de 10 anos do grupo de teatro Carrapicho do assentamento. A seguir apresento um quadro com o perfil bibliográfico

dos entrevistados.

### QUADRO I - Perfil Bibliográfico

ENTREVISTADOS	ESCOLARIDADE	IDADE	COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA	RENDA	OCUPAÇÃO
Ester	Fundamental I	47 anos	Esposo e um filho	Salário	Dona de casa e agricultora
Isaías	Fundamental I	62 anos	Esposa e dois filhos	Salário	Aposentado e agricultor
Joaquim	Superior Incompleto	21 anos	Mora só	Salário	Estudante
Rute	Médio Completo	48 anos	Esposo e dois filhos	Salário	Dona de casa e agricultora
Judite	Superior Incompleto	29 anos	Pais e um irmão	No momento nenhuma	Estudante e agricultora

Fonte: Pesquisa de campo

Conforme as informações do quadro, os entrevistados se enquadram no perfil de faixa etária de 21 a 62 anos de idade. Tendo como maioria agricultores, duas donas de casa, dois estudantes, com exceção de um que é aposentado. Ao analisar suas trajetórias de vida, que refletem em constantes desafios que não são fáceis, como: o desemprego, os desmontes por parte dos governantes, entre outros, que serão problematizados mais adiante.

No próximo capítulo apresento como se deram os dilemas sobre a questão agrária no Brasil, assim como, o MST e a luta pela terra.

### 3. QUESTÃO AGRÁRIA: RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO NA LUTA PELA TERRA

#### 3.1 Os dilemas sobre a questão agrária no Brasil

Antes de iniciarmos propriamente a discussão sobre a questão agrária no cenário atual, se faz necessário fazer um resgate histórico, levando em consideração o próprio processo de colonização do Brasil, uma vez que a questão agrária pode ser considerada uma expressão da questão social<sup>9</sup>.

A questão agrária está intrinsecamente relacionada à história da colonização do Brasil, assim como, as Capitanias Hereditárias que foram o modelo adotado para a colonização e exploração econômica no Brasil, ou seja, de forma sistemática pelos portugueses na exploração por terras, assim voltada para o comércio exterior, que serviam de fundamentos para a desigualdade de terras neste país, sendo caracterizada economicamente, pelo tripé: monocultura, latifúndio e mão de obra escrava. Assim, segundo Santos (2004, p. 56 – 57):

A escassez de força de trabalho, portanto, é o que move Portugal na direção do revigoramento da escravidão na era moderna, uma vez que explorava a Costa da África e passaram a comercializar negros. Além de solucionar o problema mão de obra, esse foi um mais rentosos negócios lusitanos num período que cobre cerca de três séculos. Essa informação é fundamental para que se possa compreender que a escravidão no Brasil, portanto, nada tem a ver como modo de produção escravista: esse tipo de trabalho foi utilizado já como contexto do capitalismo de natureza comercial.

Desse modo, a colonização do Brasil teve como principal produtor de riquezas para a metrópole com o Pacto Colonial, o plantation. Comercializando produtos tropicais primários (baratos), bem como, consumidoras de produtos manufaturados (caros), que dinamizavam as economias das metrópoles em prol de riquezas, isto é, como principal mão de obra utilizada, a escrava. Assim como, o comércio exterior que se fizeram donos de terras férteis, com produtos exportados para a Europa, nascia assim, o prisma do capital como modelo agroexportador.

Diante deste contexto, o modelo agroexportador implantado no Brasil se baseou, exclusivamente, no interesse do capital, ou seja, na produção a baixo custo,

---

<sup>9</sup> Segundo Yamamoto (1999, p. 27), a “Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

na mão de obra barata e com mínimas condições de sobrevivência, para a exploração da terra, tendo a população explorada, ou seja, uma rotina desgastante de trabalho.

Dar-se, a primeira legislação de terra no Brasil em 1850, com a Lei de Terras de nº 601 de 18 de setembro de 1850, com o propósito de reforma agrária, assim como, estabeleceu como única forma de acesso a terra, a compra, bem como, a abolição dos escravos e finalização do regime de sesmarias<sup>10</sup>. (ARRUDA, GOMES e GÓIS, 2013)

A criação desta lei garantiu os interesses dos grandes proprietários do Nordeste e do Sudeste, que estavam começando a produção de café. Com isso, determinou que as terras não ocupadas, passassem a ser propriedade do Estado e só poderiam ser obtidas da compra nos leilões por meio de pagamento à vista, e não mais por posse; e as terras já ocupadas, regularizadas como propriedade privada. (SANTOS 2004)

Sendo assim, extinto o tráfico de escravos que foi a principal fonte de mão de obra do século XIX, bem como, o esgotamento das terras exploradas, ou seja, tendo como caráter relevante a transformação das propriedades em terras privadas, dando início a imigração, isto é, vendendo sua força de trabalho por um salário, dando início a Revolução Industrial.

Segundo Santos (2004, p.138), no contexto dos anos 1940-1950, “destaca-se a rapidez dos processos de industrialização e urbanização, em uma sociedade onde prevalecia um sistema arcaico de relações sociais, ainda marcados por um passado colonial-escravista”. Ou seja, mesmo com a abolição dos escravos, os mesmos não foram transformados em trabalhadores assalariados, e sim, em uma população excedente para o capital agrário.

A partir do longo século XVII, transita-se, ou seja, encerra o Brasil colônia, onde essa mudança dá início à República Velha, constituída em (1891), comandada pelo presidencialismo, assim como, a atitude laica de separação entre Estado e Igreja. Segundo Santos (2004, p. 67), “é um período importante para a consolidação do capitalismo no Brasil, pois sucede a abolição do trabalho escravo, instituindo,

---

<sup>10</sup> Regime de Sesmarias: foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola. O Estado, recém-formado e sem capacidade para organizar a produção de alimentos, decide legar às particulares essa função. Este sistema surgiu em Portugal durante o século XIV, com a Lei de Sesmarias de 1375, criada para combater a crise agrícola e econômica que atingia o país e a Europa.

efetivamente, o trabalho assalariado como o regime de trabalho no país”. Ainda segundo Santos (2004, p. 68):

A República Velha pode-se afirmar a predominância da economia exportadora, que constituiu numa fase de transição, na medida em que era dominada pelo capital mercantil, embora nela convivessem distintas relações e formas de organização de produção.

Em 1930, ocorreu a Revolução de 30, no primeiro governo de Vargas. Período que consolidou, ou seja, substituiu a importação de produtos manufaturados pelos da indústria nacional.

De acordo com Santos (2004, p, 73 - 74), a “Revolução de 1930 no sentido de introduzir, no amplo leque de “compromissos” que as unia, uma nova força social passível de submeter-se à sua manipulação exclusiva: as classes populares”. Outro marco na era de 30 foi à mudança as respostas estatais para a “questão social”.

Desse modo, após o golpe militar cria-se o Estatuto da Terra em 1964, que diz: “O Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso a terra para quem nela vive e trabalha”. A qual tinha como objetivo, frear e controlar as reivindicações populares. Segundo Carvalho (2009, p. 23), “a Comissão Pastoral da Terra foi fundada no Ceará em meados de 1983, ligada à CNBB, tendo como finalidade o compromisso com a justiça no campo”. Tendo total apoio da igreja na luta pela reforma agrária.

De acordo com o site da Comissão Pastoral da Terra, sua criação em 27 de julho de 1975, teve como objetivo:

A causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico.

É diante desse contexto de luta, que a CPT defende seguindo os preceitos religiosos, mas consciente de que os trabalhadores precisam ocupar.

A CPT tem como missão, “uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo”.

Desse modo, só após a ocupação é que esses sujeitos se organizam em prol de melhorias de vida de todos. Muitos acreditam que o MST “invade” as terras, pois

o que prevalece nesse país é um contexto de desigualdade. De acordo com Caldart (2004, p. 167):

A ação de ocupar uma terra representa, para o trabalhador ou trabalhadora que não tem terra, o momento da reação contra essa condição social e a sua saída do anonimato. De um dia para o outro passa a ter um segundo nome próprio, sem-terra, pelo qual certamente será chamado com mais frequência do que pelo primeiro.

Além do mais, esses trabalhadores buscam romper com essa sociedade burguesa, e conquistar seu espaço, pois trabalham no coletivo. Caldart (Apud, Stédile, 1997, p. 167) afirma que, “a contundência dessa forma de luta não permite que ninguém fique em cima do muro: diante de uma ocupação todos têm uma posição, ou ação a favor ou só contra”.

Desse modo, a sociedade percebe os movimentos sociais conforme menciona a autora, seja para o positivo ou negativo. Compreende que os movimentos estão cada vez mais demarcados e que, essa luta é legítima. Assim, ainda segundo Caldart (2004, p. 222):

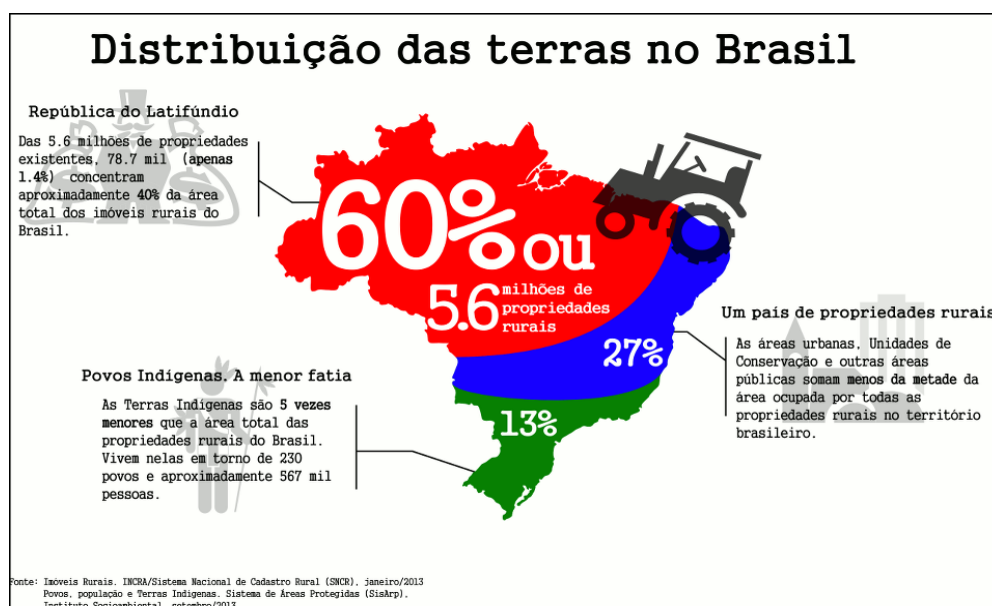
Trata-se de um olhar especificamente preocupado em estudar o processo educativo que perpassa o conjunto de ações do MST e a vivência de cada sem-terra no movimento de sua própria história, ou no fazer-se de sua formação. Está afirmando também que esse processo é educativo, construindo-se com um movimento sociocultural.

Diante desse contexto, a concentração da propriedade agrária, bem como, uma estrutura fundiária tendo os indígenas e pequenos proprietários, ou seja, produtores, sejam (bovino, caprino, entre outros) os mais prejudicados, porque além de não desfrutarem dos mesmos benefícios dos latifundiários, ainda correm os riscos de perderem a pouca terra que possuem para exercer suas atividades agrícolas.

Constantemente são noticiados conflitos por conta de invasões e desapropriações de terras no Brasil.

Vejamos a seguir um mapa que representa a estrutura fundiária brasileira, no qual, fazemos uma breve explicação.

### IMAGEM III – Mapa da distribuição de terras no Brasil



De acordo com a fonte pesquisada (INCRA), a cor vermelha representa a República do Latifúndio das 5.6 milhões de propriedades. 78.7 mil (apenas 1,4%) concentram aproximadamente, 40% da área total dos imóveis rurais do Brasil. Já a cor azul, um país de propriedades rurais. As áreas urbanas unidade de conservação e outras áreas públicas, somam menos da metade da área ocupada por todas as propriedades rurais no território brasileiro. A cor verde representa os povos Indígenas, que são cinco vezes menores que a área total das propriedades rurais do Brasil, nas quais vivem nelas, em torno de 230 povos e aproximadamente 567 mil pessoas.

Metade da população do país depende necessariamente de terra para sobreviver. Chega a ser contraditório esse dilema da reforma agrária em um país com elevada concentração de terra do mundo, com uma biodiversidade riquíssima, ou seja, com tantas descobertas feitas pelo homem. Isto é, em pleno século XXI essas desigualdades ainda existem, e diante deste exposto só resta à resistência e a luta para modificar essas injustiças sociais. À frente, citamos a Lei da Reforma Agrária, que é a lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. De acordo com os artigos 2º e 9º que dizem:

Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais.

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei os seguintes requisitos: Aproveitamento racional e adequado; Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; Observância das disposições que regula as relações de trabalho; Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Conforme prevista na legislação, a função social ocorre quando o proprietário prioriza pela preservação do meio ambiente na utilização de produtos naturais, bem como, pelo bem estar do trabalhador.

Desse modo, ao analisar a atual conjuntura que se encontra o país, mesmo com tanta riqueza, o que prevalece é a desigualdade social, ou seja, “início” do século XXI e essa desigualdade ainda existir. De acordo com Carvalho (2009, p. 60), “[...] passou-se a aceitar a reforma agrária com base na indenização em títulos do governo aos proprietários desapropriados”.

Já se foram vários séculos em que o homem se deu conta que a escravidão não foi apenas no período colonial e final do império onde os coronéis reinavam, mas sim, até os dias atuais, ou seja, essa desigualdade entre latifundiários com a classe de trabalhadores ainda prevalece, ou seja, que se veem obrigados a se escravizar, por moradia e sobrevivência na década atual. De acordo com Prado (1979, p. 119), “[...] uma última série de medidas destinadas a realização da reforma agrária diz respeito às áreas e regiões ainda despovoadas e desocupadas, ou com início apenas de povoamento”.

O que gera essa total desigualdade no Brasil não é a pobreza em si, e sim, a concentração de terras nas mãos de uma minoria de proprietários da burguesia, ou seja, donos de terras riquíssimas com vastas possibilidades de sustentabilidade para diversas famílias, simplesmente abandonados e sem cultivo.

Essa questão territorial, esse poder pelo qual os latifundiários acham que podem exercer sobre a população, como mencionado acima, vem desde a escravidão, período em que os portugueses invadiram as terras indígenas e proclamaram a “descoberta do Brasil”. Nas quais grandes empresários na era do agrotóxico, vem dia após dia deixam os solos impróprios para o cultivo. (SPAROVEK, 2003)

Desse modo, no qual se encontram as particularidades expostas sobre a exploração do capitalismo versus trabalho. Para Santos (2004, p. 171), “os parâmetros da exploração do trabalho pelo capital no país, passo, nesse momento,

a abordar algumas das conexões essenciais a uma caracterização do desemprego, tomando, enquanto, a expressão da “questão social””. Ou seja, essa questão vem desde o final do século XIX, bem como, do início do século XX, período em que há uma jornada de trabalho por salário e as privatizações, gerando o desemprego em massa. Segundo Santos (2004, p. 172 – 173):

Referi ao desemprego nesses termos longe de ser meramente uma questão estilística, tem o propósito de fundamentar as conexões aqui pretendidas. Isso significa dizer que, ao entender o desemprego como uma determinada expressão da “questão social”, em cuja gênese comparece, de modo decisivo, reformas nos mecanismos de regulação do mercado de trabalho e proteção social sob responsabilidade estatal, não poderia, ao estudá-lo, prescindir das referidas mediações. Em outras palavras, discutir o desemprego na perspectiva aqui pretendida remete situá-lo a partir de várias mediações, entre as quais, o regime de trabalho e o sistema de proteção social, além, é claro, das mediações que permitem particularizar o capitalismo na formação social brasileira.

Conforme elucidado pela autora, compreender o desemprego como uma determinada expressão da “questão social”, vem desde o modo de acumulação fordista, até a crise do capital atual.

Tendo a luta de classe como manifestação a favor da classe dos proletariados, diante dos desmontes por parte dos governantes, a história da luta pela terra, também esta incluída na própria formação do MST como grupo organizado e politizado. No próximo item apresentamos o MST e a luta pela terra.

### **3.2 O MST e a luta pela terra**

Conforme citado, o Movimento Sem Terra (MST) é fruto da questão agrária no Brasil, ou seja, por ser um país com maior concentração de terras, atraiu os colonos no século XVI. Desse modo, as formas de ocupação feita pelos portugueses desencadearam uma desigualdade social até os dias atuais.

Diante deste contexto que atinge nosso país de leste a oeste, surgem no cenário atual, as lutas pela terra. O MST teve sua gestão de 1979 a 1984. Segundo Caldart (2004, p. 102) o nascimento do movimento teve três combinações de fatores complementares, que são:

. O primeiro deles diz respeito às pressões objetivas da situação socioeconômica dos trabalhadores do campo e especificamente na região que surgiu o MST;

- . O segundo momento se refere a um conjunto de elementos socioculturais e políticos que participaram do processo de reação desses trabalhadores à sua situação objetiva;
- . O terceiro conjunto de fatores está relacionado a alguns fatos que desencadearam lutas localizadas, mas com repercussão capaz de fazer nascer a ideia de uma articulação nacional da luta pela terra, exatamente o que foi em um primeiro momento o MST.

Desse modo, os trabalhadores do campo se viram obrigados a lutar e resistir pela situação econômica originada da década de 1970, a chamada modernização conservadora, isto é, no processo de mecanização das lavouras, bem como, as do Sul do Brasil. Assim como, a ocupação das terras que os mostrou serem possíveis uma nova alternativa de vida, se constituindo, assim, de acordo com Caldart (2004, p. 104), como:

A base social que gerou ou que permitiu o nascimento do MST: do aumento brusco da concentração de terra e do número de trabalhadores rurais sem-terra, com destaque em determinadas regiões; do fechamento progressivo das alternativas que poderiam amenizar essa condição, gerando insegurança e miséria entre uma população acostumada a viver com certo nível de estabilidade e, talvez por isso mesmo, também acostumada a seguir os tradicionais preceitos da ordem e progresso, o que fez inclusive apoiar por muito tempo a ditadura militar. O MST é fruto das iniciativas de reação a essa situação objetiva. Uma situação nova nos traços de sua conjuntura, mas muito antiga do ponto de vista estrutural e social brasileiro que desnuda historicamente baseada na concentração fundiária.

Essas pressões como diz a autora, não foram suficientes para entender essas reações dos sem terra, já que a miséria e as desigualdades voltariam a acontecer. Porém, com o trabalho realizado junto à população do campo através da Comunidade Eclesial de Base (CEB's), na primeira metade da década de 1970, foco de resistência à ditadura militar, com o fortalecimento e surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, os movimentos encontram apoio, foi um dos poucos lugares onde os trabalhadores tinham condições de se organizarem contra as injustiças sociais, despreocupados de serem vítimas da opressão. O surgimento da CPT foi em Goiânia e, segundo Caldart (2004, p. 105), “reuniu, no primeiro momento, os bispos da Amazônia, motivados especialmente pelos conflitos de terra dos posseiros do Norte e Centro-Oeste, e do grau de violência que ali vivenciaram em seu cotidiano”. Ainda segundo Caldart (Apud, Stédile, 1998):

Era mais que uma iniciativa isolada, era uma espécie de autocrítica do apoio da igreja católica ao golpe militar, e uma expressão concreta da Teologia da libertação, que representou um fator fundamental de conscientização dos camponeses para a necessidade de se organizar e lutar.

Além do mais, como menciona Stédile, tendo como apoio a Comissão Pastoral da Terra o povo começa a reagir frente à ditadura militar, e com isso, multiplicam-se as lutas e as organizações dos trabalhadores, que foi marcado com o surgimento do MST, por volta de 1978 e 1979 com a luta pela democracia no país, marcada pelo surgimento das greves dos operários. De acordo com Caldart (2004, p. 107), “o MST fez parte desse processo de produção, do que depois começou a ser chamado de uma nova cultura política”. Ou seja, cultura essa chamada pela burguesia latifundiária de criminosos, exigindo do Estado uma política de reforma agrária.

Com a chamada farsa da peste dos suínos em Santa Catarina, no final da década de setenta na região de Chapecó e apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, ou seja, um trabalho intenso da Diocese, os camponeses começam a protestar, dando origem a quatro frentes de lutas, nas quais são: o Movimento de Oposição Sindical, o Movimento das Mulheres Agricultoras, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que proporcionou ao MST, a primeira grande ocupação de terra no Paraná em 1982, na Fazenda Anoni. (CALDART, 2004)

O MST desencadeou em São Paulo, no município de Andrálina, um conflito entre posseiros e o grileiro da Fazenda Primavera, que para Caldart (2004, p. 113):

No final da década de 1970, era comum a prática de grilagem das terras e de uso da mão-de-obra camponesa para a formação das fazendas e pastagens, através do arrendamento. Depois que as fazendas estivessem formadas, os arrendamentos eram desfeitos e os camponeses precisavam migrar para outros lugares onde houvesse novas fazendas a serem formadas.

Diante deste contexto, os camponeses resolveram resistir e permaneceram nas terras e lutar por elas. Com isso, resultou a criação do MST, com a ocupação da Fazenda Santa Idalina, de 18 mil hectares, no município de Ivinhema, com mil famílias. O MST é uma articulação nacional de luta pela terra, principalmente, nos embates com as forças políticas opositoras.

O movimento sem terra segue o Art. 184 da Constituição Federal de 1988 em prol da reforma agrária, que diz: “Compete à união desapropriar o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, para fins de reforma agrária”. Com isso, Caldart (2004, p. 167) cita:

A ação de ocupar uma terra representa, para o trabalhador ou trabalhadora que não tem terra, o momento de reação contra essa condição social e sua saída do anonimato. De um dia para o outro passa a ter um segundo nome próprio, sem-terra, pelo qual certamente será chamado com mais frequência do que pelo primeiro. Se fosse uma reação individual, isolada, seria tratado como criminoso. Como se trata de uma reação coletiva, organizada, exige que a sociedade tome uma posição.

O MST é um movimento legítimo, e não é de hoje que são apontados como criminalizadores, ou seja, é histórica no país. Diante de uma ocupação há quem defenda os movimentos, pois se tratam da dominação e exploração das classes burguesas e as expressões da desigualdade social.

Desse modo, são rotulados como criminosos por serem de classe pobre, ou seja, a pobreza que desencadeia essa violência. Diante deste contexto de reconstrução da democratização do país, bem como de um projeto hegemônico, que segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 279), “o MST não se limita à realização de reforma agrária nos marcos do sistema capitalista, sendo seu horizonte de luta a construção de uma nova sociedade igualitária e socialista”. Ou seja, ele presa pelo coletivo e melhorias de toda a sociedade assentada. Mesmo sendo um movimento de coletividade, que prioriza o bem estar das classes esquecidas pelos órgãos competentes, ainda assim, são vistos como criminalizadores.

Apesar de algumas emissoras midiáticas mostrarem apenas a versão dos latifundiários, bem como, os relatos dos agentes ou policiais presentes para desapropriá-los, há uma diferença entre invadir e ocupar, ou seja, quando noticiam que o MST invadiu a propriedade do empresário X, automaticamente rotulam e tentam passar para a sociedade o quão perigosos são esses militantes, sendo que essa ocupação não é criminosa, pois naquele terreno não há retirada de objetos por se tratar de uma terra improdutiva; portanto, o que ocorre é a ocupação e não a invasão como relatam a sociedade.

Essa visão de que a luta dos trabalhadores por terra é crime, como mencionado é histórica, porém, a partir da década de 1990 se intensificou cada vez mais, principalmente, após o golpe que ocasionou o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em que o Presidente Michel Temer fez uma intervenção demarcando o território. Diante desse golpe surge uma crise cultural e política. Segundo Duriguetto em seu artigo publicado em (2017, p. 110) não é apenas a repressão do Estado burguês, mas:

O caráter jurídico-político da criminalização dos movimentos sociais também se acentua no contexto de implementação das medidas ofensivas do capital para a sua valorização. É nesse contexto que ganha força um novo momento de criminalização da “questão social”, que toma forma na judicialização dos conflitos e na criminalização dos processos de organização e de lutas das classes subalternas. Em outras palavras, a judicialização dos conflitos e das lutas sociais é uma das formas que as frações das classes dominantes vêm utilizando, de maneira intensa, para ocultar à lógica conflitiva da luta de classes visibilizada, pública e politicamente, pelas classes subalternas e seus processos político-organizativos de lutas. Ao transportar o conflito e as lutas para as arenas judiciais, o instrumento normalmente usado para criminalizá-los é o da garantia legal do direito de propriedade. Nessas arenas, o Poder Judiciário exerce uma de suas principais funções, que é a de se constituir no instrumento de legitimação do exercício e deslegitimar as lutas e os movimentos sociais.

Essa relação no qual são chamados, ou seja, rotulados de criminosos é a desigualdade, isto é a pobreza. Principalmente, em um viés em que essa sociedade for negra. Por isso é que a luta é indispensável.

Neste atual cenário em que se encontra o país, a burguesia está mais forte, ou seja, aliada a esse golpe a ex-presidenta, com o objetivo de aumentar o capital, com as privatizações que tirará da classe trabalhadora, assim como, trará ausências de políticas públicas.

Por isso, lutar não é crime e sim democracia. A seguir o 4º capítulo retrata a história de luta do assentamento Todos os Santos.

## 4. O ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA

### 4.1 “Só vence quem luta e não se acomoda”: o processo de luta e conquista do território

Nesse tópico retratamos com base nas lideranças entrevistadas na pesquisa de campo, como se deu o processo de luta e a conquista do território, assim como, analisamos as suas percepções objetivas sobre a questão da sustentabilidade desse assentamento. Assim, permitimos que os entrevistados discorressem livremente sobre o tema correspondente as suas visões sobre o processo de luta e suas conquistas. A esse respeito às lideranças entrevistadas informaram o seguinte:

Primeiro conquistamos a terra, depois a moradia. O processo foi em cima de muita luta e reivindicação. Eu era de outro assentamento, e vim para esse, na primeira ocupação fomos despejados pela polícia, quatro meses depois voltamos ocupar. Começou a melhorar a sobrevivência no assentamento quando se iniciou os projetos do FOMENTO, o FNE e o PRONAF. E a melhor de todas as liberdades, pois não era mais explorado, ou seja, antes só trabalhava para deixar o patrão cada vez mais rico. Mora no assentamento desde a conquista desse espaço e não há lugar melhor para se viver. (ISAÍAS, 62 ANOS)

Essas conquistas do território foram por meio de muita luta nossos companheiros passaram fome, sentiu na pele o frio, a chuva, sol. A opressão da polícia, apanhando para conquistar e chegar onde chegamos. Muitos acreditam que tudo caiu do céu. Conquista nesse assentamento a escola, agricultura familiar, a energia, cisternas com água potável, pelo seguro safra e crédito apoio. (RUTE, 48 ANOS)

Como filha de assentados e uma jovem estudante de pedagogia é uma luta diária permanecer em um assentamento, já que não existe emprego para a juventude. E uma das conquistas para nossa comunidade foi o grupo de teatro carrapicho e os benefícios que ele nos proporciona. (JUDITE, 29 ANOS)

De acordo com as falas dos entrevistados, compreendemos que as lideranças compactuam do mesmo entendimento. Não diferente da realidade de outros espaços, no assentamento Todos os Santos, a conquista da terra se deu mediante a um processo de luta e resistência. Trata-se de uma luta legítima, com base na ocupação.

Segundo Caldart (2004, p. 102), “a ocupação pode ser considerada a essência do MST, porque é com ela que se inicia a organização das pessoas para participar da luta pela terra”. De acordo com relato de Rute (48 anos), “se hoje o

Todos os Santos existe é porque muitos companheiros começaram a lutar e reivindicar a tempos atrás”.

Diante disto, é visível a compreensão dos porquês da ocupação, mobilização e resistência, isto é, só assim, essas famílias tiveram pela primeira vez onde plantar e morar com seus parentes.

Desse modo, trazemos como reflexão a desmistificação de que o MST “invade” as terras alheias, pois conforme mencionado anteriormente, outros assentados (na condição de posseiros ou caseiros) chegaram a trabalhar em troca do que plantavam, mas eram explorados, pois trabalhavam pagando a renda, isto é, dividiam em partes iguais com o patrão o que produziam.

Diante deste contexto, trazemos a seguir, mais relatos dos entrevistados que falam:

Quando cheguei nessa terra não tinha nada, apenas 83 famílias. E juntas conseguimos erguer esse assentamento, bem como na criação de poucos animais entre eles a vaca, e após o processo de ordenha desse animal, ou seja, a retirada do leite não era vendido, e sim distribuído entre as famílias. Moro há 21 anos neste espaço e não trocaria por lugar nenhum na cidade. (RUTE, 48 ANOS)

A luta não pode parar, e todo esse processo de luta e conquista desse assentamento foi no coletivo em prol de todos, moro desde os 12 anos desta terra com minha família e amo essa moradia, vou à cidade apenas para estudar. Hoje temos o grupo de teatro que é fruto de luta e de reconhecimento de nossos irmãos com o objetivo de passar para a sociedade com nossas peças como se da o processo de reforma agrária em um assentamento, outra conquista é a casa de culta e a escola. (JUDITE, 29 ANOS)

De acordo com as falas dos entrevistados percebemos qual a importância da luta, pois é através dessas reivindicações, como diz Judite (29 anos), “uma conquista no coletivo em prol de todos”. Que hoje esse assentamento é bem estruturado. Desse modo, segundo relatos de Rute (48 anos):

Se hoje nesse assentamento tem energia elétrica, cisterna para abastecer as famílias no período da seca, a internet, dentre outros direitos alcançados, foi com muito suor derramado e batendo de porta em porta, ou seja, tudo que conquistaram nesse assentamento foi à base de intensas caminhadas a órgãos competentes conforme suas necessidades e prioridades da nossa comunidade. Poderíamos está melhor, ou seja, mais amparados se não fosse o comodismo.

É interessante destacar o relato de um jovem que, mesmo não participando desde o início da conquista da terra, se sente partícipe do processo, à medida que,

se tornou militante em 2016. Vejamos o seu relato:

Estou há pouco tempo nesse assentamento, mas me sinto contribuidor dessas conquistas. Minha vivência no MST foi a partir de 2014 através de um curso organizado pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB, em parceria com os movimentos sociais. Assim, em 2016 após passar pelo extenso curso de formação política engajei-me no MST. Minha família sempre foi contra, por não serem de área assentamento, ou seja, por desconhecerem os movimentos. (JOAQUIM, 21 ANOS).

Hoje, o assentamento Todos os Santos é referência com o trabalho que desenvolvem com o grupo de teatro Carrapicho, que tem por foco central a reforma agrária, dando oportunidades, proporcionando arte e cultura em outros assentamentos, assim como, mostrando a sociedade que tem uma visão distorcida dos movimentos, ao criminalizá-los, como sua causa é legítima.

Diante desse contexto, o assentamento Todos os Santos traz por meio do grupo de teatro, que a luta não pode parar, bem como, não se deixam abater com esses desmontes sofridos depois do golpe<sup>11</sup>, e que continuará levando para as comunidades os porquês de nunca desistir, de resistir e lutar contra essas desigualdades. Logo abaixo, visualizamos uma imagem do grupo de teatro se apresentando.

#### IMAGEM IV - Narradores da Terra e do Fogo



Fonte: Imagem da página do facebook do grupo carrapicho

<sup>11</sup> Golpe – Resultou na cassação do mandato da presidenta Dilma Rousseff, tendo início em 2 de dezembro de 2015 – 31 de agosto de 2016, através do impeachment.

Através da imagem IV, o grupo de teatro narra a circulação do espetáculo “Narradores da terra e do fogo”.

No decorrer da pesquisa de campo, foi questionado aos líderes, a relação de resistência e mobilização, os quais responderam da seguinte maneira:

Resistência é em meio a tantas lutas e dificuldades no assentamento em não possuí emprego e mesmo assim permaneço aqui, resistindo e contribuindo em prol de todos assentados. E mobilizando todos, ou seja, junto com os membros do assentamento em busca de projetos. (JUDITE, 29 ANOS).

É através disso, ou seja, da mobilização que conquistamos nossos direitos e o que precisamos no assentamento. Mesmo nesses tempos difíceis precisamos cada vez mais resistir e se mobilizar contra os desafios. (JOAQUIM, 21 ANOS).

Diante deste contexto de lutas e mobilizações é que veem se intensificando nos assentamentos em prol de todos, assim como, a busca por benefícios que traga melhor qualidade de vida, saúde, educação e distribuição de terra, bem como, conhecimentos de valores culturais, principalmente, após o golpe em que as mídias distorcem a favor dos governantes contra o MST.

Desse modo, juntos conseguiram através do grupo de teatro se tornar protagonistas das ações culturais na comunidade. O apoio do projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária – INCRA e a seleção através do Programa BNB de Cultura os proporcionaram no assentamento, o início das noites culturais e oficinas artísticas. Através da Associação dos Pequenos Trabalhadores Organizados do Assentamento Todos os Santos foi selecionado pelo Ministério da Cultura, o projeto que os proporcionou a Casa Sede (contando com a Biblioteca Arca das Letras e o Centro Rural de Inclusão Digital), da Casa de Cultura da Reforma Agrária (contando com Sala de Audiovisual e Teatro Não Convencional), além da Casa de Hospedagem, local esse, onde no período como estagiárias ficamos alojadas. Assim, como a escola que é até o 9º ano.

A seguir, apresentamos algumas imagens que retratam essas conquistas do assentamento. Essa primeira imagem retrata a Casa de Cultura do assentamento, destacando que para a arte não existe fronteiras.

### IMAGEM V - Casa de Cultura do Assentamento



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Conforme mencionado, essa imagem retrata que a arte ultrapassa fronteiras, ou seja, foi através do grupo de teatro, conforme a imagem IV, que hoje no assentamento existe a Casa de Cultura da Reforma Agrária, contando com sala de áudio visual e teatro não convencional. A seguir, mais uma conquista do assentamento.

### IMAGEM VI – Espaço do Teatro Não Convencional



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Essa imagem retrata alguns integrantes do grupo do Carrapicho, no espaço do teatro não convencional, narrando uma história sobre reforma agrária para os moradores e convidados no assentamento. Porque no campo tem arte e cultura. A seguir, mais uma conquista do assentamento.

### **IMAGEM VII - Escola do Assentamento**



**Fonte: Arquivo da pesquisadora**

Essa imagem mostra como lutar, resistir, mobilizar e a persistência andam juntos sempre. Pois, graças à mobilização, a tão desejada e esperada escola foi construída no assentamento. A mesma funciona em horário regular, tendo desde o ensino infantil até ao 9º ano.

Como podemos perceber, não basta conseguir a terra, se faz necessário lutar para que os assentados tenham condições de viver dignamente nesta terra. A esse respeito, Caldart (2004, p. 192), cita que:

Quando um sem-terra é assentado, sua primeira inclinação é pensar que chegou ao “fim da história”. Mas logo começa a perceber que no máximo chegou ao fim de um dos capítulos, talvez nem o mais importante. Se não continuar mobilizado, se não prosseguir lutando, não conseguirá se manter na terra produzindo, não terá o crédito, a estrada, o posto de saúde, a escola.

Conforme mencionado pela autora, a luta dos assentados deve ser contínua, embora muitos acreditem, de acordo com a fala de Rute (48 anos), “que as coisas

caíram do céu, ou seja, após a posse da terra nada mais precisa ser feito”. Entretanto, é a partir do reconhecimento legal da posse, que surgem os obstáculos. Diante desse contexto, os assentados no coletivo devem lutar para que seus direitos sejam reconhecidos.

Desse modo, após as conquistas e o reconhecimento de um assentamento preocupado com o meio ambiente, assim como, uma agricultura livre de agrotóxico, trazemos uma breve explanação sobre sustentabilidade nesse assentamento. Conforme mostro na imagem I e II no segundo capítulo dessa monografia.

De acordo com relatos dos assentados, grupos de moradores se organizam uma vez por semana na limpeza do terreno, tendo a preocupação de selecionar e separar, ou seja, fazer a coleta seletiva, separando o lixo que vai para a reciclagem. Após a divisão, levam pra comercializar em Canindé que depois é transportado para Fortaleza.

O grupo trabalha com a conscientização e em propagar a importância da preservação em seu espaço de trabalho, adotando um copo e evitar o plástico, tirar as folhas secas da planta para não agredir as demais.

Diante desse contexto, mencionam a reciclagem de uma caixa de chocolate, ou seja, em vez de ir para o lixo, vira um porta-joias, com outra função. Como também em uma das falas, o cuidado de um morador que é vendedor de espetinho, em que esse adaptou o local em que seus clientes lavam suas mãos, tendo essa água reaproveitada, isto é, serve para aguar suas plantas, tendo o cuidado de ensinar as crianças a manter o local limpo.

Um dos pontos negativos foi o relato de que, infelizmente, têm moradores que utilizam o agrotóxico, principalmente os idosos, pois, para eles, só assim se combate as pragas que nascem nas plantações.

Em relação ao lixo, já não dispõem de coleta seletiva naquela região, eles fazem o descarte da seguinte maneira: cavam um buraco distante da margem do rio, tendo todo o cuidado em não poluir o solo, com isso, ateiem fogo nesses lixos, o que não é ecologicamente correto.

A seguir trazemos mais algumas imagens das conquistas do assentamento. Essa imagem retrata a Casa de Cultura do Todos os Santos.

### IMAGEM VIII - Casa de Cultura



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Essa imagem retrata o acolhimento dos moradores do assentamento Todos os Santos, assim como, representam a cultura do desse, ou seja, ela traz a importância de se ter uma biblioteca e inclusão digital em um assentamento, pois os possibilita “viajar pelo mundo”. A seguir, mais uma conquista do assentamento.

### IMAGEM IX – Noite Cultural



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Essa imagem retrata a noite cultural, uma das conquistas do assentamento que ocorre no segundo fim de semana dos meses de junho e julho, com a participação de militantes, sanfoneiro, entre outros, animando a comunidade. A seguir mais uma imagem do assentamento.

### **IMAGEM X – Espaço da Casa Sede**



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Essa imagem retrata o acolhimento e bem estar de quem visita esse assentamento, e desmistifica quem pensa que um assentamento é barracos com lonas pretas.

#### **4.2 "Nosso país vive naufragado porque a sociedade não busca o conhecimento": a organicidade do assentamento**

No segundo tópico, dando continuidade a pesquisa de campo, apresentamos como se dá a organicidade neste assentamento, além de fazer uma breve explanação de como funciona a gestão dos assentamentos de reforma agrária por parte do INCRA, assim como, destacamos o que eles (assentados) produzem, seja

para seu sustendo ou comercialização.

Nas entrevistas com as lideranças, a seguinte pergunta foi elaborada: Como se dá a organização interna do assentamento? Os relatos dos entrevistados podem ser abreviados na fala a seguir:

Funciona através da associação com assembleias, a presença dos movimentos com reuniões que ocorre de quinze em quinze dias, tendo aos sábados uma reunião extra com a diretoria e aos domingos apresentamos para a comunidade, ou seja, damos os informes assim como mostramos as propostas debatidas. (RUTE, 48 ANOS)

As falas dos líderes entrevistados foram reduzidas por se tratar de respostas parecidas, ao expressarem a organicidade do Todos os Santos. De acordo com relatos de Rute (48 anos), “o último Plano de Desenvolvimento do Assentamento<sup>12</sup> (PDA), no assentamento foi elaborado em 2014. Mas, conforme dito pela mesma, o INCRA não os repassou esse documento até o momento da entrevista”. E antes de voltarmos às falas dos entrevistados, fazemos uma breve explanação sobre a organicidade, a partir da aprovação dada pelo INCRA, que de acordo com seu site:

A aquisição de terras para a reforma agrária pode ser feita de diversas maneiras. A mais utilizada e conhecida é a desapropriação, seguida do processo de compra e venda. Nestes dois casos, imóveis de particulares são incorporados à reforma agrária. Toda aquisição começa com pesquisas cartoriais e locais feitas pelo INCRA, bem como a partir de indicações - apresentadas pelos movimentos sociais - de fazendas que seriam passíveis de desapropriação. (INCRA, 2018)

De acordo com o INCRA, cada assentamento paga por sua terra, assim como, pelos créditos contratados. As organicidades dos assentamentos iniciam de duas formas: a primeira delas é a publicação da criação do Projeto de Assentamento (PA), pela Superintendência Regional do INCRA no Diário Oficial da União. Tendo uma superintendência regional no INCRA, que estabelece as regiões prioritárias para a obtenção da terra, seguindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Portaria nº6 de 31 de janeiro de 2013 que DOU de 01 de fevereiro de 2013 (nº 23, Seção1, p. 87), critérios do Decreto nº06/2014, que diz em seu artigo 2º:

---

<sup>12</sup> Plano de Desenvolvimento do Assentamento – É feito após a criação do assentamento por uma empresa ou entidade de assistência técnica contratada pelo Inca. No plano é definida a organização junto as famílias do assentamento o espaço, com indicação das áreas para moradia, produção, reserva florestal, vias de acesso, entre outros aspectos. Para mais informações acesse: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

Art. 2º - O MDA e o INCRA, observado o disposto no art. 2º da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, priorizarão as ações de obtenção de terras para reforma agrária e criação de novos projetos de assentamento, levando em consideração a combinação dos seguintes indicadores:

I - densidade de população em situação de pobreza extrema no meio rural;  
II - concentração fundiária;  
III - incidência de minifúndios;  
V - disponibilidade de terras públicas não destinadas;  
V - demanda social fundamentada; e,  
VI - existência de ações do Poder Público no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Territórios da Cidadania ou outras iniciativas que facilitem o acesso das famílias assentadas às políticas de inclusão social e produtiva.

Conforme consta no artigo, essa organicidade se dá baseado na necessidade dessas famílias, assim como, a realização da função social por meio dessas terras desapropriadas para que tenham acesso a projetos e a inclusão social.

Desse modo, após o reconhecimento do INCRA como assentamento de reforma agrária, o mesmo foi beneficiado com créditos do FNE<sup>13</sup>, em 45% de repasse pelo projeto Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que possibilita as famílias à utilização por meio de créditos concedidos, tanto no individual, como no coletivo. Assim como, os projetos do fomento que são divididos em duas ações voltadas para o acompanhamento social e produtivo com a transferência direta de recursos financeiros para as famílias.

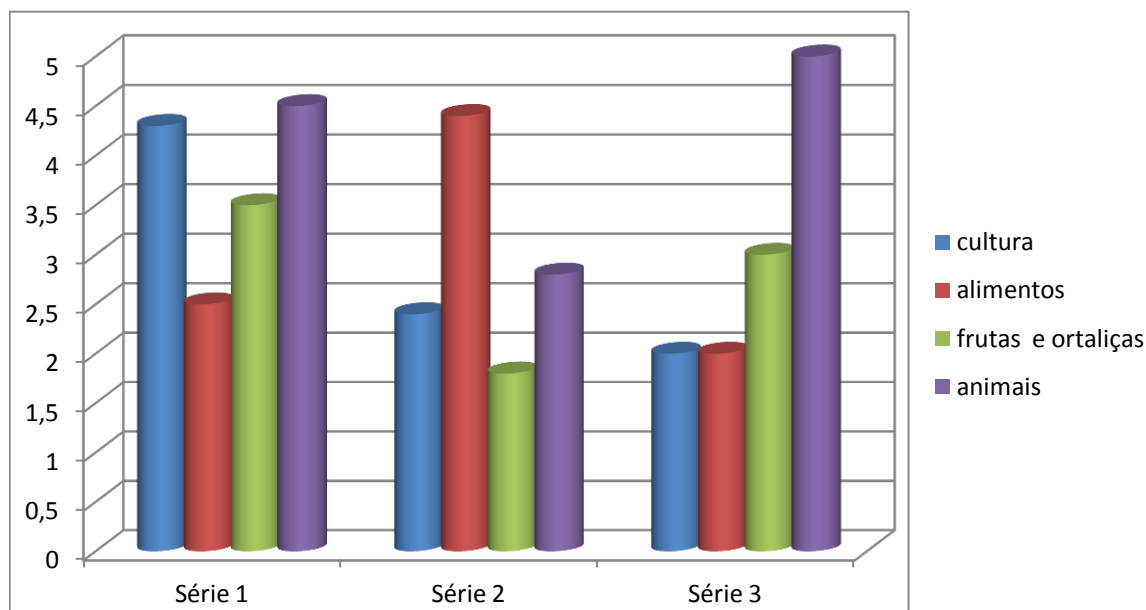
O fomento é amparado pela Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, que em seu Art. 1º diz que, com esta Lei fica instituído o Programa de Apoio à conservação dos ecossistemas e uso sustentável, assim como, promover cidadania e a elevação da renda da população, e incentivar seus beneficiários em ações ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Desse modo, baseado nas falas dos entrevistados, indagamos a seguinte pergunta: O que produzem nesse assentamento? Como as respostas foram baseadas na dualidade que são: cultura, frutas, verduras, leite e ovos, feijão, milho e arroz, no período chuvoso e a criação de caprino, bovino e galinhas, conforme apresentamos no gráfico a seguir:

---

<sup>13</sup> FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) foi criado em 1988, pelo (artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição da República Federativa do Brasil e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e Regulamentado em 1989 pela (Lei nº 7.827, de 27/09/1989) é um instrumento de política pública federal operado pelo Banco do Nordeste que tem como o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, possibilitando, assim a redução da pobreza e da desigualdade social. Para mais informações acesse: [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br). Acessado em 29/11/2018.

## IMAGEM XI – GRÁFICO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS CULTIVADOS



E conforme exposto no gráfico, no assentamento também cultiva a cultura, pois é através de suas criações e encenações pelas ruas e praças da cidade, que demonstram como se deu a luta dos assentados, tendo como objetivo através da cultura, a permanência dos jovens no assentamento, pois de ano em ano concorrem a editais. De acordo com os entrevistados, o que produzem é tanto para o seu consumo, como para a comercialização aos fins de semana em Canindé. Outro meio de sustentação fora a agricultura é o artesanato e o sorvete caseiro, que os mesmos vendem na própria comunidade ou em eventos em Canindé. A seguir, o próximo tópico relata os desafios do assentamento.

### 4.3 “Não deixar a cultura morrer”: desafios do assentamento

Nesse terceiro tópico, damos prosseguimento às análises da pesquisa de campo, onde retratamos os desafios enfrentados nesse assentamento. Para alcançar essas indagações, foi feita a seguinte pergunta: Como você descreve resistência e mobilização e seus desafios no assentamento?

Para Rute (48 anos), “resistência é não desistir, ter foco e objetivo. Já a mobilização é a articulação com a comunidade, pois precisamos está sempre nos mobilizando, para permanecer na luta para resistir e produzir”. A fala da mesma reflete que, apenas a mobilização possibilita a comunidade na busca por seus

objetivos. Nessa mesma linha, na fala de Isaías (62, anos), “resistência é sempre importante. E é através da mobilização que se teve as conquistas do assentamento. Nosso país vive naufragado porque a sociedade não procura o conhecimento”. Sua percepção é que tudo funciona mobilizando-se, bem como, na busca pelos conhecimentos, ou seja, pelos direitos. Desse modo, para Gohn (2010, p. 323):

Os movimentos são o lume indicativo para a solução de problemas, não apenas porque, ao vivenciar uma dada situação, apresentam modos alternativos de solução, já que este seria um caso específico para os movimentos populares de terceiro mundo.

Conforme a autora menciona, o poder de articulação dos movimentos é amplo, ou seja, vai além de sua zona de conforto, pois são articulados e politizados, assim, buscam por melhores condições de moradia em prol de todos.

De acordo com as falas dos entrevistados, trazemos em forma de texto, pois os mesmos compactuaram das mesmas falas, ou seja, não teve variação em suas respostas.

Desse modo, para os entrevistados os desafios se intensificam a cada conquista, pois não basta a aprovação do projeto em si, mas por em prática e dar vivência àquele projeto. Com referência as suas falas, os mesmos citam que: “a escassez de água é um dos maiores desafios, principalmente, quando não tem um bom inverno”. Nos últimos cinco anos colocaram anéis no rio para se manterem, tendo que reduzir a criação de animais. Desse modo, “no período de seca utilizamos carros pipas e cacimão. E para o consumo individual, ou seja, para beber, usamos a água das cisternas”. Outro desafio é a estrada que no período de chuva os deixam impossibilitados de locomover-se para a cidade, assim como, a produção de alimentos se o inverno não for bom. “Não temos colheita, desse modo precisamos comprar”. Ainda segundo relatos de uma entrevistada:

Além desses, ainda existe o desafio de serem contemplados pelos editais, pois é preciso ter uma associação legalizada, pois não se pode usar o mesmo proponente a cada edital, por isso temos como desafio não deixar a cultura morrer. Assim como fazer o que é certo, ou seja, não se corromper com promessas desses políticos que aparecem de dois e dois anos com belíssimos discursos. Mas sim contribuir para o bem de todos prevalecendo à igualdade. Pois mobilizar é ser um líder, e nunca se vê como uma estrela, apenas como um ser humano para servi a comunidade. Bem como as pessoas que se veem como merecedores, mas é preciso entender que os direitos são iguais e para termos direitos temos que conquistar e correr atrás, se são do MST tenho que lutar e cobrar, ou seja, não posso da um ensinamento que eu mesmo não aprendi. É um preço se dedicar para todos, às vezes as pessoas pensam que o mau governador é só o

presidente, governadores. Mas não, se eu não fizer a minha parte, como vou poder dar o exemplo, se não trabalhar direito, com coerência. Sou líder e tenho que trabalhar mais ainda para conseguir as coisas para todos no assentamento. (RUTE, 48 ANOS)

De acordo com a fala de Rute, observamos que os desafios vão além, pois precisam captar recursos para o assentamento e ainda provar que, os benefícios são em prol de todos e não para contemplar A ou B. Finalizamos esse tópico com a fala de Rute (48 anos): “sou muito feliz pelo carinho e respeito de todos e continuarei na batalha”. Com isso, percebemos o engajamento dos entrevistados nessa luta contínua pela sobrevivência na terra, que é para eles o seu lugar no mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito principal desse trabalho monográfico resultou no contexto da questão agrária no país, assim como, a luta pela terra que os movimentos sociais defendem e a trajetória do assentamento Todos os Santos.

No decorrer da elaboração deste estudo foi possível perceber que, a questão agrária está intrinsecamente relacionada à história da colonização do Brasil, assim como, as Capitanias Hereditárias que serviram de modelo para a exploração do capital, desde a divisão de terras até o fim do regime sesmaria.

Diante desse cenário de exploração pela terra, surgiu o movimento sem terra marcado por muitos conflitos trazidos em si, pela herança de gerações em 1984, tendo a luta de classe como manifestação a favor da classe dos proletariados resistindo e, com seu lema “ocupar sempre”, contra os desmontes por parte dos governantes e diante da sociedade burguesa que os criminalizam. Mas, por serem movimentos articulados e politizados, no decorrer dos anos conquistaram o respeito e quem os opõe diante a luta. Tendo como um desses apoiadores a Comissão Pastoral da Terra.

A respeito da pesquisa de campo, percebemos que o processo de luta é contínuo e perpassa várias etapas: a primeira é a conquista da terra que pressupomos, organização, mobilização, luta e resistência, especialmente, em relação à montagem dos acampamentos; e a segunda etapa refere-se à permanência no assentamento, ou seja, através do que produzem, já que a região em que se encontra o assentamento Todos os Santos é de um clima seco e com escassez de água.

Desse modo, a pesquisa resultou na importância de mostrar para a sociedade porque a ocupação não é crime e sim democracia, já que se trata de um país com maior concentração de terra.

Contudo, essa luta não se acaba com a conquista da terra, ao contrário, novas lutas são travadas no sentido de conseguir acesso às políticas sociais que permitam não só o assentamento Todos os Santos, mas a todos de uma forma geral, de desenvolverem e criarem suas próprias fontes de sustentabilidade, pois o desemprego é um dos desafios desse assentamento.

Além do mais, essa luta é de todos e para todos. Um assentamento de reforma agrária, tal qual consta na legislação, priorizando a sustentabilidade do solo.

O contexto desse trabalho apresentou e esclareceu que existe uma visão distorcida dos assentamentos e das pessoas que fazem parte do movimento sem terra, apresentando os resultados obtidos dentro do Todos os Santos e da geração de uma economia coletiva, em que todos colaboram para que os ganhos sejam divididos e, principalmente, investidos no próprio assentamento.

Embora não tenhamos a pretensão de esgotar esse debate esperamos que esse trabalho possa contribuir para que outros estudos sejam efetivados nessa temática. Além disso, esperamos também despertar junto aos estudantes de Serviço Social que viabilizem mais pesquisas voltadas à questão agrária no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BARREIRA, César, ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. **Assentamentos Rurais: o sonho da Terra Conquistada**, 2007.

BRASIL. **INCRA - Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 05 de dez 2018.

\_\_\_\_\_. **Movimento Sem terra – MST**. Disponível em: <https://www.mst.gov.br>. Acesso em: 08/05/2018.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3° Ed, 2004.

CARVALHO, Rejane Accioly. **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. RG, ed ,2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Criminalização das Classes Subalternas no Espaço Urbano e Ações Profissionais do Serviço Social**. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6° Ed, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais**. 5° Ed, 2011.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos movimentos sociais**. 8° Ed, 2010.

GOMES, Ana Caroline de Oliveira, GÓIS, Gilcelia Batista, ARRUDA, Nadja Kelly de Lima. **A Reforma Agrária como Expressão da Questão Social e Atuação do Assistente Social Frente a Essa Demanda**, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Maria de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7° Ed, 2010.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2° Ed, 2009.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisas Sociais**. 29° Ed, 2010.

MONTANÃ, Carlos, Duriguetto, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimentos Social**. 3° ed, 2011.

PRADO, Caio Junior. **A Questão Agrária**. 2° Ed. Ed Brasiliense, 1975.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. Ed. – 4, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidade no Brasil**. 1° Ed, 2012.

SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária**. 2003

WARREN, Ilse Scherer, Redes de Movimentos Sociais, 6° Ed, 2014.

# APÊNDICE

## APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

### Questionário

#### 1. PERFIL BIBLIOGRÁFICO

Entrevistados;  
Escolaridade;  
Idade;  
Composição da Família;  
Renda;  
Ocupação.

#### ROTEIRO DE PERGUNTAS

1. Quais as principais lutas defendidas pelo Assentamento?
2. Como se dá a organização interna do Assentamento?
3. Como você identifica resistência e mobilização? E os desafios diante da resistência e mobilização?
4. Quais as principais conquistas do Assentamento?
5. O que produzem nesse Assentamento?

# ANEXO

**ANEXO - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: **ASSENTAMENTO TODOS OS SANTOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA** desenvolvida por **Lilia Maria Costa Passos**. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela professora Virzângela Paula Sandy Mendes, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **(85) 99969-3517**. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é compreender quais os desafios enfrentados pelo MST no processo de organicidade do Assentamento Todos Os Santos. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do (a) participante:

---

Assinatura do (a) pesquisador (a):

---

Assinatura da testemunha:

---